



Simulado Final

TCE RS

Cargo: Auditor De Controle Externo
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RS**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FVEhLHGgH3rsbfaN9>

01 - C(E)	21 - C(E)	41 - C(E)	61 - C(E)	81 - C(E)	101 - C(E)	121 - C(E)	141 - C(E)	161 - C(E)
02 - C(E)	22 - C(E)	42 - C(E)	62 - C(E)	82 - C(E)	102 - C(E)	122 - C(E)	142 - C(E)	162 - C(E)
03 - C(E)	23 - C(E)	43 - C(E)	63 - C(E)	83 - C(E)	103 - C(E)	123 - C(E)	143 - C(E)	163 - C(E)
04 - C(E)	24 - C(E)	44 - C(E)	64 - C(E)	84 - C(E)	104 - C(E)	124 - C(E)	144 - C(E)	164 - C(E)
05 - C(E)	25 - C(E)	45 - C(E)	65 - C(E)	85 - C(E)	105 - C(E)	125 - C(E)	145 - C(E)	165 - C(E)
06 - C(E)	26 - C(E)	46 - C(E)	66 - C(E)	86 - C(E)	106 - C(E)	126 - C(E)	146 - C(E)	166 - C(E)
07 - C(E)	27 - C(E)	47 - C(E)	67 - C(E)	87 - C(E)	107 - C(E)	127 - C(E)	147 - C(E)	167 - C(E)
08 - C(E)	28 - C(E)	48 - C(E)	68 - C(E)	88 - C(E)	108 - C(E)	128 - C(E)	148 - C(E)	168 - C(E)
09 - C(E)	29 - C(E)	49 - C(E)	69 - C(E)	89 - C(E)	109 - C(E)	129 - C(E)	149 - C(E)	169 - C(E)
10 - C(E)	30 - C(E)	50 - C(E)	70 - C(E)	90 - C(E)	110 - C(E)	130 - C(E)	150 - C(E)	170 - C(E)
11 - C(E)	31 - C(E)	51 - C(E)	71 - C(E)	91 - C(E)	111 - C(E)	131 - C(E)	151 - C(E)	171 - C(E)
12 - C(E)	32 - C(E)	52 - C(E)	72 - C(E)	92 - C(E)	112 - C(E)	132 - C(E)	152 - C(E)	172 - C(E)
13 - C(E)	33 - C(E)	53 - C(E)	73 - C(E)	93 - C(E)	113 - C(E)	133 - C(E)	153 - C(E)	173 - C(E)
14 - C(E)	34 - C(E)	54 - C(E)	74 - C(E)	94 - C(E)	114 - C(E)	134 - C(E)	154 - C(E)	174 - C(E)
15 - C(E)	35 - C(E)	55 - C(E)	75 - C(E)	95 - C(E)	115 - C(E)	135 - C(E)	155 - C(E)	175 - C(E)
16 - C(E)	36 - C(E)	56 - C(E)	76 - C(E)	96 - C(E)	116 - C(E)	136 - C(E)	156 - C(E)	176 - C(E)
17 - C(E)	37 - C(E)	57 - C(E)	77 - C(E)	97 - C(E)	117 - C(E)	137 - C(E)	157 - C(E)	177 - C(E)
18 - C(E)	38 - C(E)	58 - C(E)	78 - C(E)	98 - C(E)	118 - C(E)	138 - C(E)	158 - C(E)	178 - C(E)
19 - C(E)	39 - C(E)	59 - C(E)	79 - C(E)	99 - C(E)	119 - C(E)	139 - C(E)	159 - C(E)	179 - C(E)
20 - C(E)	40 - C(E)	60 - C(E)	80 - C(E)	100 - C(E)	120 - C(E)	140 - C(E)	160 - C(E)	180 - C(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/bBsb>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01****Trumpismo para iniciantes**

Um guia republicano de como se portar nas redes sociais

Antes de tudo, é preciso se indagar: Quais são seus princípios? O que você defende? A resposta deve ser breve – duas ou três palavras – se você aspira a uma carreira política de sucesso. “Aqui vão algumas dicas”, anuncia o professor, revelando o primeiro slide da apresentação. Surge o rosto de Donald Trump. Abaixo dele, quatro letras: Maga – acrônimo de *Make America Great Again* (Faça a América grande outra vez). Siglas também são eficazes para identificar inimigos.

O senador Mitt Romney, continua o professor, é um Rino – *Republican In Name Only* (Republicano só no nome). O professor, vê-se, é trumpista. Chama-se Joel Valdez, tem 20 e poucos anos, é americano de família mexicana, veste terno, gravata e cabelo penteado para trás. Fez fama à moda de alguns influenciadores da direita brasileira: comparecia a eventos de esquerda ou protestos universitários, levava consigo um cinegrafista, procurava confusão, tomava um safanão e fazia alarde na internet. Trabalhou na campanha derrotada de Trump em 2020 e hoje é secretário de imprensa de Matt Gaetz, deputado republicano da Flórida, um dos expoentes da ala mais à direita do partido. Valdez tem modestos 34 mil seguidores no X (ex-Twitter). Mas ele ajuda a cuidar dos 2,7 milhões de seguidores de Gaetz. Seus alvos preferidos não são os democratas, mas os republicanos moderados. “A NBC [rede de tevê americana] nos chama de radicais de extrema direita, o que é verdade”, diz aos alunos, provocando risadas.

“Somos criticados em Washington. Nos perguntam: ‘Por que vocês vão atrás dos republicanos?’ Eu digo: ‘Se alguns republicanos falam como democratas, votam como democratas e se vestem como democratas, cabe a nós liderarmos a luta contra eles.’”

Fonte: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/trumpismo-para-iniciantes/>

1. A forma verbal “**deve**” em “*A resposta deve ser breve – duas ou três palavras – se você aspira a uma carreira política de sucesso*” concorda com o sujeito simples “duas ou três palavras”.
2. A referência ao acrônimo “Maga” e ao termo “Rino” evidencia uma estratégia retórica de simplificação de ideias complexas para ampliar o apelo político e reforçar a identidade do grupo.
3. A substituição da oração “levava consigo um cinegrafista” por “era levado um cinegrafista por ele” preserva a coerência e mantém correção gramatical.
4. No trecho “o que é verdade” (final do segundo parágrafo), a partícula “que” introduz uma oração subordinada substantiva predicativa.
5. O uso do termo “se” em “*se você aspira a uma carreira política de sucesso*” introduz uma oração subordinada adverbial condicional.
6. A substituição de “cabe a nós liderarmos a luta contra eles” por “devemos liderar a luta contra eles” preserva o sentido essencial da frase.
7. O uso da forma verbal “vê-se” em “O professor, vê-se, é trumpista” indica que há indeterminação do agente da ação.

Texto 02**Vai dar namoro? Robô indica seu ‘par perfeito’, em troca de dados**

E se ao invés de ficar arrastando imagens para o lado à espera de um par perfeito, você pudesse descrever para uma IA exatamente as características de quem que procura? A ideia ousada é a nova aposta de Mark Zuckerberg, da Meta (dona do Facebook, Instagram e Whatsapp), que lançou esta semana um assistente de IA

Simulado Final TCE-RS (Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis) - 12/10/2025

para o “Facebook Namoro” – serviço de encontros integrado ao aplicativo de mesmo nome.

Com o novo chatbot, o usuário vai passar a descrever o perfil da pessoa que deseja encontrar. Imagina você ser um morador do Rio de Janeiro, solteiro, que more em uma área extremamente urbana e tenha alguns projetos particulares de vida...

É só perguntar: “me mostre uma mulher morena da minha idade que trabalhe no mercado financeiro, torça para o Botafogo, queira ter filhos e tope fazer um mochilão pela América Latina nos próximos anos”. Tcharam! Segundo a empresa, a proposta é interromper o ciclo do *doom scrolling* – ato de passar uma quantidade excessiva de tempo consumindo conteúdos negativos online, especialmente em redes sociais.

O fato não é novo e faz parte de uma reestruturação do Facebook para se desvincilar de discursos de ódio e ir, literalmente, para o amor. A ideia é dar poder ao algoritmo e partir para uma versão moderna dos “match makers” – recursos que já existem nos apps de relacionamentos atuais, tornando a função do cupido casamenteiro muito mais direcionada aos interesses de cada um – com filtros que passam por localização, hobbies e profissão.

Fonte: <https://lupa.uol.com.br/educacao/2025/09/25/vai-dar-namoro-robo-indica-seu-par-perfeito-em-troca-de-dados>

8. A substituição da forma verbal “vai passar a descrever” por “passará a descrever” preserva o sentido original e a correção gramatical da frase.

9. O uso da crase em “à espera de um par perfeito” (primeira linha do primeiro parágrafo) está incorreto, já que o verbo “esperar” não exige preposição.

10. A frase “faz parte de uma reestruturação do Facebook para se desvincilar de discursos de ódio” apresenta ambiguidade quanto ao sujeito da ação “se desvincilar”.

11. A estrutura “Imagina você ser um morador do Rio de Janeiro” está incorreta, pois o verbo “imaginar” exige o uso do pronome oblíquo “se”: “Imagine-se um morador...”.

12. A afirmação “o Facebook busca se desvincilar de discursos de ódio e ir, literalmente, para o amor” carrega marcas de ironia ao usar termos associados a redes sociais e sentimentos humanos.

13. O texto apresenta estrutura predominantemente descritiva, com foco em caracterizar o funcionamento do novo assistente de inteligência artificial oferecido pela Meta.

14. O uso de expressões como “Tcharam!”, “Ah, se ela deixar...” e a construção de frases mais coloquiais evidencia uma intenção de criar proximidade com o leitor, o que caracteriza o texto como opinativo-informal.

15. A expressão “*tornar a função do cupido casamenteiro muito mais direcionada aos interesses de cada um*” (último período do texto) pode ser interpretada como uma metáfora que alude à personalização algorítmica promovida pela IA.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Renato Da Costa

16. A Intranet é uma rede de uso interno de uma organização, acessível apenas a seus membros autorizados, enquanto a Extranet amplia esse acesso a usuários externos, como fornecedores e parceiros de negócios. A VPN (Virtual Private Network) permite que usuários externos acessem de forma segura os recursos de uma rede privada, utilizando a internet como meio de transporte dos dados.

17. Entre as pragas virtuais, os worms se destacam por dependerem da execução de um programa hospedeiro para se propagar, enquanto os vírus, diferentemente, são capazes de se autorreplicar pela rede de forma autônoma, sem a necessidade de intervenção do usuário.

- 18.** No sistema de arquivos NTFS, os recursos de compressão e de criptografia (EFS) são mutuamente excludentes, de modo que não podem ser aplicados simultaneamente a um mesmo arquivo ou pasta.
- 19.** No sistema operacional Windows, o caminho completo de um arquivo é representado de forma hierárquica, iniciando-se obrigatoriamente pelo caractere /, seguido da unidade de armazenamento e das pastas até chegar ao arquivo, como no exemplo: /C/Usuarios/Maria/Documento.txt.
- 20.** O modo InPrivate do Microsoft Edge impede que o navegador salve no dispositivo o histórico de navegação, cookies, dados de formulários e arquivos em cache ao encerrar a sessão, mas não garante anonimato perante o provedor de internet, os sites visitados ou ferramentas de monitoramento corporativo, que ainda podem registrar as conexões realizadas.
- 21.** Nos modelos de serviço em computação em nuvem, o SaaS (Software as a Service) disponibiliza softwares prontos para uso via internet, sem necessidade de instalação local; o PaaS (Platform as a Service) fornece uma plataforma para desenvolvimento e hospedagem de aplicações, incluindo sistemas operacionais e ferramentas de programação; já o IaaS (Infrastructure as a Service) disponibiliza recursos de infraestrutura, como servidores virtuais, armazenamento e redes, de forma escalável e sob demanda.
- 22.** No Microsoft Excel, a tabela dinâmica é utilizada exclusivamente para alterar a formatação visual de uma planilha, como cores e estilos de células, não permitindo cálculos automáticos nem a reorganização de dados.
- 23.** No Microsoft Word, o recurso de Autossalvamento (AutoSave) só está disponível quando o documento em edição está armazenado em um local de nuvem, como OneDrive ou SharePoint. Nesse caso, todas as alterações são gravadas automaticamente em tempo real, permitindo inclusive o trabalho colaborativo simultâneo entre diferentes usuários.
- 24.** No Microsoft Word, o recurso de referência cruzada serve apenas para inserir hiperlinks externos para sites da internet, não podendo ser utilizado para criar referências internas a elementos do próprio documento, como tabelas, figuras, notas de rodapé ou títulos numerados.
- 25.** No backup incremental, apenas os arquivos que foram alterados ou criados desde a última cópia de segurança realizada (seja ela completa ou incremental) são armazenados, o que reduz o tempo de execução e o espaço ocupado em comparação ao backup completo.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

Considere as seguintes informações sobre três auditores do TCE RS que apresentam alturas diferentes:

- I. Os três auditores jogam futebol, sendo um atacante, o outro volante e o outro goleiro;
- II. Alberto é atacante;
- III. Bernardo não é o mais baixo dos três; e
- IV. Caio é mais alto que o volante.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

26. Bernardo é o goleiro.

27. Alberto não é o mais baixo dos três.

28. Caio é o mais alto dos três.

Acerca da lógica proposicional, julgue os itens a seguir.

29. Sendo P e Q proposições simples convenientemente escolhidas, a frase "O aumento do salário dos auditores tem como consequência o aumento da fiscalização" pode ser corretamente expressa pela proposição lógica $P \Rightarrow Q$.

30. Se P e R são proposições simples falsas e Q é uma proposição simples verdadeira, a proposição $(P \wedge Q) \Rightarrow (R \Rightarrow Q)$ é falsa.

31. Considere que as três primeiras colunas da tabela-verdade da proposição composta $(P \Leftrightarrow (\sim Q)) \Rightarrow ((\sim R) \wedge P)$ sejam as seguintes:

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nessa situação, a última coluna dessa tabela-verdade apresenta valores V ou F, tomados de cima para baixo, na seguinte sequência: V V F V F F V V.

Com relação aos princípios de contagem e probabilidade, julgue os itens a seguir.

32. Em uma seção do TCE RS trabalham 3 auditores e 5 oficiais de controle externo. Nessa seção será criada uma equipe de trabalho que deve ser formada por 5 pessoas e deve conter, no mínimo, um auditor. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que o número de equipes distintas que podem ser formadas é inferior a 55.

33. Se A e B são eventos independentes com $P(A) = 0,5$ e $P(A \cap B) = 0,2$, então $P(B) = 0,4$.

Com relação a noções de estatística, julgue os itens a seguir.

34. Em uma seção do TCE RS, na qual trabalham 6 servidores, a média de idade é 35 anos. Se o mais novo dos funcionários saísse, a média de idade entre os restantes passaria a ser 37 anos. A partir dessas informações, é correto afirmar que a idade do servidor mais novo é superior a 24 anos.

35. Os dados ordenados a seguir referem-se ao número de processos analisados por um setor do TCE RS em 12 semanas monitoradas:

10; 14; 17; 18; 20; X; 26; 27; Y; 32; 34; 35

Sabendo-se que a média de processos foi 23,75 e o número de processos mediano foi 24, é correto afirmar que a soma X+Y é igual a 52.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LRF

Luciana Marinho

36. A reserva de contingência consignada na lei orçamentária anual destina-se exclusivamente ao atendimento de passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

37. Acerca das transferências voluntárias, julgue o item que se segue.

Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou de destinação ao Sistema Único de Saúde.

38. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a LOA e, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

39. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

40. Segundo o conceito trazido pela LRF, operações de crédito diz respeito ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

41. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a edição de norma estadual, decorrente de emenda parlamentar, veiculadora de regras sobre prescrição e decadência aplicável no âmbito de Tribunal de Contas estadual, ofende a competência privativa desse para iniciar o processo legislativo a dispor sobre sua organização e funcionamento.

42. Em todos os processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, em observância ao princípio constitucional do devido processo legal e da ampla defesa.

43. Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

44. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes, mas a decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.

45. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a inéria do Tribunal de Contas estadual em emitir parecer prévio dentro do prazo constitucionalmente estipulado não impede o Poder Legislativo de julgar as contas do chefe do Poder Executivo local.

46. Ao emitir o parecer prévio sobre as contas do governador, o Tribunal de Contas apresenta uma opinião técnico-jurídica, que somente poderá ser rejeitada pelo quórum de dois terços do Poder Legislativo.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, julgue os itens subsequentes.

47. O Presidente, o Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente, os presidentes das câmaras, o Corregedor-Geral e o Ouvidor serão eleitos para mandatos correspondentes a um ano civil.

48. O Conselheiro ou o Conselheiro-Substituto poderá modificar o seu voto antes de proclamada a decisão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

49. Constituição formal e material são sentidos ou dimensões que não necessariamente se sobrepõem ou coincidem com exatidão, sendo possível haver normas formais, mas não materialmente constitucionais, e vice-versa.

50. Regina é freira e decidiu renovar sua Carteira Nacional de Habilitação. Como é do conhecimento geral, as freiras usam uma vestimenta chamada de “habito religioso”. Essa roupa inclui um véu, que cobre a cabeça da freira. Regina pediu para tirar a foto de sua CNH usando seu hábito religioso, incluindo o véu.

Contudo, os servidores do DETRAN afirmaram que isso não seria permitido porque existia uma Resolução do CONTRAN proibindo.

Dessa forma, Regina deverá retirar o “habito religioso” para tirar a foto, uma vez que se trata de uma obrigação imposta a todos.

51. O número de funcionários ou o porte da instituição não podem ser utilizados como critérios para a constituição de sindicatos de micro e pequenas empresas.

52. O Deputado Estadual José das Couves, do Estado X, apresentou o projeto de lei n. 123/2025, que cria uma bonificação de 10% na nota obtida em concursos públicos, para a área de segurança pública, aos candidatos que: fossem naturais do Estado X ou estivessem residindo no referido estado. Na justificativa da proposta o deputado afirmou que se trata de uma ação afirmativa, que visa assegurar que a segurança pública seja formada por profissionais que conheçam de perto a realidade do estado, suas particularidades e desafios.

À luz dos preceitos constitucionais e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida proposta é inconstitucional, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre concursos públicos.

53. O Presidente da República poderá, por meio de decreto, dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando estes estiverem vagos. Tal atribuição, por ser de natureza interna, expressa a função de chefe de governo, e poderá ser delegada para um Ministro de Estado.

54. É competência legislativa do Congresso Nacional a fixação de subsídios dos Ministros do STF, do Presidente da República e de Ministros de Estado.

55. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

56. A avocação de atribuição de membro do Ministério Público pelo procurador-geral do órgão implica quebra na identidade natural do promotor responsável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos normativos relacionados às licitações e contratos administrativos julgue os itens a seguir.

57. Nos casos em que houver a possibilidade de compra e também de locação de bens, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa, a fim de subsidiar a decisão entre estas alternativas.

58. Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.

59. É possível a indicação de marca em contratos de compras, entre outras hipóteses, para facilitar a descrição do objeto licitado, ocasião em que a marca será indicada como mera referência.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados aos agentes públicos e ao controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

60. O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento, e, na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

61. Suponha que determinado servidor efetivo estadual teve o registro de sua admissão negada pelo TCE-RS. Neste caso, a referida decisão sujeita-se à revisão pela Assembleia Legislativa, na qualidade de titular do Controle Externo.

62. Servidor público aposentado pelo regime próprio de previdência social que for nomeado para ocupar cargo comissionado pode acumular remuneração do cargo em comissão com os proventos de aposentadoria.

63. Determinado candidato ao concurso público destinado ao provimento de cargos no TCE-RS descobriu que responde a uma ação penal perante o tribunal de justiça do seu Estado, sendo que no respectivo edital consta restrição explícita à participação de candidatos que respondam a inquérito ou a ação penal. Neste caso, considerando-se que inexiste previsão legal ou constitucional a este respeito, é correto afirmar, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que tal cláusula não é legítima, por violar o princípio da presunção de inocência.

64. Embora o controle judicial ocorra essencialmente em caráter corretivo, é cabível o controle judicial prévio, a exemplo do Mandado de Segurança Preventivo.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS

Tiago Zanolla

65. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Sul, o servidor poderá ser afastado do exercício de seu cargo, mediante autorização do Governador, para participar de estudo ou missão científica, cultural ou artística, hipótese prevista expressamente em lei.

66. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes subsidiariamente os preceitos da Lei Estadual n. 15.612/2021, inclusive aos de procedimento tributário administrativo.

67. O processo administrativo estadual poderá iniciar-se tanto de ofício quanto a pedido do interessado, e sua tramitação deve ocorrer preferencialmente em meio eletrônico, admitindo-se excepcionalmente a forma física, desde que devidamente motivada.

68. Se, ao ser reconduzido, o servidor estável encontrar provido o cargo que ocupava originalmente, perderá o direito de retornar, devendo sujeitar-se a novo concurso público para qualquer outra investidura.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

69. Em observância ao princípio da não afetação de receitas, ente municipal poderá vincular 15% do ISS arrecadado como garantia de financiamento contratado perante instituição financeira para realização de obra pública.

- 70.** A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como conterá anexo com a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.
- 71.** A administração tem o dever de executar as despesas primárias discricionárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- 72.** Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- 73.** Recursos oriundos de emenda individual impositiva, repassados por meio de transferência especial ao Município Beta, pertencerão ao ente beneficiado no ato da efetiva transferência financeira e não integração a sua receita para fins de cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo e de endividamento.
- 74.** Para fins de abertura de crédito adicional suplementar, pode-se utilizar o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, desde que sejam considerados no cálculo dessa fonte os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas
- 75.** As descentralizações de créditos orçamentários assemelham-se às transferências e à transposição, pois alteram a unidade orçamentária detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária.

Com base na Lei nº 10.180/2001, julgue a assertiva a seguir:

- 76.** O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de programação financeira da União, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

Acerca da classificação por estrutura programática, julgue o item a seguir:

- 77.** No caso de ações que incluem em sua descrição termos como “obra de ampliação”, deve-se buscar o desmembramento da ação entre projeto e atividade, pois ao realizar uma ampliação, está se ampliando o nível da produção pública ou o seu resultado será incorporado ao Patrimônio da União, o que implica o enquadramento de tais despesas no conceito da Ação do Tipo Projeto.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), julgue os itens a seguir:

- 78.** O Estado X deverá incluir no seu projeto de lei orçamentária anual o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

- 79.** Durante os últimos meses de seu mandato, o prefeito do Município de Porto Alegre editou decreto reajustando em 8% a remuneração dos servidores municipais, com vigência imediata. O decreto foi publicado 90 dias antes do término de seu mandato. Posteriormente, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul considerou o ato nulo, determinando a reversão do aumento. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, o entendimento do Tribunal de Contas está correto.

- 80.** O Estado do Rio Grande do Sul deixou de encaminhar ao Poder Executivo da União, até 30 de abril de 2025, as suas contas referentes ao exercício financeiro de 2024. O atraso foi justificado pela troca de sistema contábil estadual e pela ausência de pessoal técnico qualificado para finalizar o balanço geral. Nesse contexto, o referido ente não poderá contratar operações de crédito, mesmo que destinadas ao pagamento da dívida mobiliária, tendo em vista a vedação absoluta prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONTABILIDADE GERAL***Marcondes Fortaleza*

Sobre exercício social e despesas antecipadas, julgue os itens seguintes.

81. O exercício social, que é o espaço de tempo objeto da apuração do resultado da gestão, terá duração de um ano e será fixado no estatuto social; contudo, ele poderá ter duração inferior ou superior a um ano nos casos de constituição, fusão, cisão, incorporação ou encerramento de atividades.

82. O pagamento antecipado de um ano de aluguel, com desconto, é exemplo de fato misto aumentativo.

Sobre o tema Escrituração Contábil, julgue os itens a seguir.

83. O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários.

84. O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.

Da leitura atenta dos balanços gerais da Cia. MAVIFOR, levantados em 31.12.24 para publicação, e dos relatórios que os acompanham, podemos observar informações corretas que indicam a existência de:

Capital de Giro no valor de R\$ 200,00

Capital Social no valor de R\$ 500,00

Capital Fixo no valor de R\$ 600,00

Capital Alheio no valor de R\$ 500,00

Capital Autorizado no valor de R\$ 550,00

Capital a Realizar no valor de R\$ 150,00

Capital Investido no valor de R\$ 800,00

Capital Integralizado no valor de R\$ 350,00

Reservas de Lucros no valor de R\$ 50,00

Prejuízo Líquido do Exercício no valor de R\$ 100,00

A partir das informações apresentadas, julgue os itens abaixo:

85. O patrimônio bruto da entidade é igual a R\$ 800,00.

86. O ativo da entidade é financiado, principalmente, por capitais próprios.

Sobre reservas e retenções de lucros, marque, julgue os itens seguintes.

87. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando seu saldo mais o saldo das reservas de capital, incluindo a correção monetária do capital, exceder 30% do capital social.

88. O objetivo da reserva de lucros a realizar é segregar uma parcela de lucros, principalmente evitando a distribuição de dividendos correspondente a prováveis perdas futuras que acarretarão diminuição dos lucros em exercícios futuros, distribuindo dessa forma um dividendo uniforme.

Julgue os itens seguintes, a respeito de estoques.

89. Um sistema de inventário diz respeito ao modo como uma empresa administra, controla e avalia seus estoques. Assim, o valor dos estoques e o do custo das mercadorias ou produtos vendidos são influenciados pelo sistema adotado pela empresa.

90. Em uma ficha de controle de estoques, os gastos adicionais com compras, fretes, seguros, impostos não recuperáveis, são considerados componentes do custo das unidades compradas e devem ser registrados na coluna de entrada, alterando os valores e as quantidades registradas.

91. A diferença entre descontos comerciais e abatimentos é que os descontos comerciais são negociados no ato da transação de compra ou de venda, enquanto os abatimentos são concedidos após a compra ou a venda já terem sido concretizadas e os produtos entregues de uma empresa para outra.

Sobre Dividendos, julgue os itens seguintes.

92. Quando o estatuto da empresa for omisso e a assembleia geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre o assunto, o dividendo obrigatório terá que ser igual a 25% do lucro líquido ajustado.

93. A assembleia dos sócios é soberana em suas deliberações quanto à distribuição de dividendos, podendo deliberar pelo pagamento de dividendos acima ou abaixo dos valores propostos pela administração.

94. A parcela do dividendo mínimo obrigatório, que se caracterize efetivamente como uma obrigação legal, deve figurar no passivo da entidade, juntamente com a parcela da proposta dos órgãos da administração que exceder a esse mínimo obrigatório.

Sobre fatos contábeis diversos, julgue os itens seguintes.

95. A diferença prática e conceitual entre o passivo propriamente dito, provisão e a contingência passiva é que a contingência passiva depende da ocorrência de evento futuro, enquanto o passivo é líquido e certo, e a provisão é a estimativa de pagamento futuro em função da incerteza sobre o prazo ou seu valor.

96. Considerando que o risco de inadimplência decorre da venda a prazo, é necessário reconhecer a despesa associada a esse risco, confrontando-a com a receita de venda. No cálculo desta perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, as empresas fazem análises históricas agrupadas, sendo vedadas análises individualizadas.

97. A visão dinâmica da depreciação considera o Imobilizado como um agente gerador de benefícios futuros. A depreciação é o reconhecimento contábil da realização efetiva dos benefícios que se esperava, no passado, que o imobilizado gerasse no futuro (que já é passado ou presente).

98. Situação Hipotética: A companhia MAVIFOR LTDA comprou um equipamento pelo valor de R\$ 90.000,00 que, acrescido de despesas de frete, seguro e instalação, totaliza R\$ 107.500,00. A vida útil calculada para esse maquinário foi de 15 anos, e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 7.500,00. A data da aquisição e instalação do equipamento foi em 1º de abril de 2024. Assertiva: A despesa de depreciação calculada e contabilizada, para efeito societário, no ano de 2024, considerando a utilização do método linear, foi de R\$ 5.000,00.

Considere os dados da tabela a seguir, retidos da contabilidade de determinada sociedade empresarial, com valores em reais (R\$).

Adiantamento a fornecedor	10.000,00
Adiantamento de clientes	30.000,00
Aluguéis passivos a pagar	10.000,00
Aplicações financeiras de liquidez imediata	10.000,00
Capital social	50.000,00
Custo das mercadorias vendidas	30.000,00
Depreciação acumulada	20.000,00
Despesas administrativas	10.000,00
Despesas comerciais	8.000,00
Despesas financeiras	3.000,00
Devolução de vendas	5.000,00
Duplicatas descontadas	50.000,00
Edificações	105.000,00
Encargos a transcorrer	5.000,00
IR e CSLL	29.000,00
Mercadorias para revenda	40.000,00
Outras despesas	5.000,00
Softwares	5.000,00
Vendas líquidas	100.000,00

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

99. As contas do patrimônio bruto dessa empresa somam R\$ 150.000,00.

100. O patrimônio líquido da empresa em questão soma R\$ 50.000,00.

101. O lucro bruto do exercício da referida empresa foi de R\$ 65.000,00.

Sobre o 'Ativo Realizável a Longo Prazo', julgue os itens seguintes.

102. A conta tributos a recuperar pode ser classificada no ativo realizável a longo prazo.

103. A empresa não precisa segregar as rubricas contábeis para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa "não dedutíveis" das perdas efetivas "dedutíveis".

Sobre operações financeiras com duplicatas, julgue os itens seguintes.

104. Na cobrança simples, a empresa envia um borderô de duplicatas para o banco, para cobrança simples. O banco, a partir daí, envia um aviso de débito bancário das despesas de cobrança de todos os títulos.

105. Na cobrança vinculada ou caucionada, as empresas fazem um empréstimo para capital de giro, para pagamento posterior, com contrato próprio, diferentemente do desconto de duplicatas, onde o borderô serve como contrato.

A respeito da obrigatoriedade de elaboração das Demonstrações Financeiras, julgue os itens a seguir.

106. Para a Lei 6.404/76, a DMPL é uma demonstração obrigatória.

107. De acordo com a Lei 6.404/76, as notas explicativas são demonstrações financeiras obrigatórias.

A partir do que dispõe a NBC TG 46 (R2), que trata da mensuração a valor justo, julgue os itens a seguir.

108. O valor justo é uma mensuração específica da entidade e não uma mensuração baseada em mercado.

109. A entidade precisa ser capaz de vender o ativo específico ou transferir o passivo específico em um mercado na data de mensuração para que possa mensurar o valor justo com base no preço desse mercado.

Sobre a NBC TG 25 (R2), que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue o item a seguir.

110. As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e não da sua posição no futuro. Por isso, nenhuma provisão é reconhecida para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

111. O Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público, em sua elaboração completa e abrangente, deve incorporar informações de contas de natureza patrimonial, de controle e, em certos quadros complementares, também de natureza orçamentária.

112. O Município Audazes dos Pampas adquiriu material de expediente em abril de 2025, com empenho emitido no mesmo mês e liquidação em maio de 2025. O material foi estocado em almoxarifado e seu efetivo consumo pela Secretaria de Educação ocorreu em julho de 2025. Nesse cenário, a variação patrimonial diminutiva (VPD) referente a essa despesa deve ser reconhecida contabilmente no mês de maio de 2025, data da liquidação.

113. Conforme o MCASP, um aumento no valor contábil de uma classe de ativo imobilizado, decorrente de reavaliação, deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação, exceto se for uma reversão de decréscimo previamente reconhecido no resultado do período.

114. A apropriação mensal do 13º salário, enquanto variação patrimonial diminutiva (VPD), deve ser reconhecida a cada mês trabalhado, e não no momento do empenho ou pagamento da despesa orçamentária, pois visa refletir a obrigação patrimonial pelo regime de competência.

115. Os gastos incorridos na fase de pesquisa para a geração interna de um ativo intangível devem ser capitalizados como ativo, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados fluirão para a entidade.

116. No Município Audazes dos Pampas, a receita orçamentária é considerada realizada no momento da arrecadação, refletindo o regime de caixa para o ingresso dos recursos públicos. Entretanto, para fins de evidenciar o impacto no patrimônio, a variação patrimonial aumentativa (VPA) deve ser reconhecida em função do fato gerador, independentemente do momento da arrecadação.

117. O Município Audazes dos Pampas está envolvido em um processo judicial de grande vulto, cuja decisão é incerta, mas há uma possibilidade remota de perda. Diante disso, e considerando a inexistência de uma obrigação presente formalizada, a administração optou por não reconhecer qualquer passivo, nem divulgar o evento em notas explicativas. Essa decisão está em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público.

118. Para classificar um item como material permanente ou material de consumo, as entidades do setor público devem adotar apenas o critério da durabilidade, considerando que material permanente é aquele de duração superior a dois anos, e material de consumo, aquele cuja utilização se limita a dois anos.

119. O Balanço Financeiro do Município Audazes dos Pampas, por ser um demonstrativo de fluxo de caixa, deve evidenciar apenas as receitas e despesas orçamentárias efetivamente pagas e recebidas, não incluindo os ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária, que são de responsabilidade do controle externo.

120. No âmbito do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os lançamentos contábeis são restritos à natureza da informação a qual pertençam, de modo que não é permitido, por exemplo, um lançamento que debite uma conta de natureza patrimonial e credite uma conta de natureza orçamentária, ou vice-versa.

121. A reavaliação de um ativo imobilizado no Município Audazes dos Pampas, após o reconhecimento inicial pelo custo, permite que o valor contábil seja ajustado para refletir o seu valor justo. Se o valor justo desse ativo for determinado com base em um mercado ativo, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, e o valor líquido ajustado para o valor reavaliado.

122. No PCASP, o atributo "Financeiro" (F) ou "Permanente" (P) de uma conta do ativo ou passivo serve para indicar sua natureza patrimonial sob a ótica da Lei nº 4.320/1964, sendo que o passivo permanente é composto por dívidas cuja amortização independe de autorização orçamentária.

123. Para fins de reconhecimento contábil, um bem recebido em doação por uma entidade do setor público deve ser registrado pelo seu valor justo na data da aquisição. Essa transação, por ser sem contraprestação, não gera variação patrimonial aumentativa (VPA), mas sim um aumento direto no patrimônio líquido da entidade.

124. O Município Audazes dos Pampas realizou o empenho de uma despesa de pessoal, referente à folha de pagamento de dezembro, que será paga em janeiro do exercício subsequente. Pelo regime contábil de competência, o passivo correspondente a essa folha de pagamento já deve ser reconhecido em dezembro, independentemente da data de pagamento, com a respectiva variação patrimonial diminutiva (VPD).

125. Para que uma informação seja considerada material, individual ou coletivamente, deve ser estabelecido um limite quantitativo fixo e uniforme, a fim de padronizar a avaliação de seu impacto nas demonstrações contábeis de todas as entidades do setor público.

126. No Município Audazes dos Pampas, uma determinada receita tributária foi lançada em fevereiro de 2025, arrecadada em março de 2025 e recolhida ao Tesouro em abril de 2025. Segundo o MCASP, a receita orçamentária para essa transação seria reconhecida em abril, no momento do recolhimento, enquanto a variação patrimonial aumentativa (VPA) seria reconhecida em fevereiro, no momento do lançamento.

127. O Município Audazes dos Pampas iniciou o desenvolvimento interno de um software para otimizar a gestão de tributos. Os gastos incorridos na fase de desenvolvimento desse software devem ser reconhecidos como ativo intangível, desde que a entidade possa demonstrar, entre outros aspectos, a viabilidade técnica, a intenção e a capacidade de uso ou venda, além da mensuração confiável dos gastos.

128. As contas do passivo permanente, sob a ótica da Lei nº 4.320/1964, abrangem dívidas fundadas e outras obrigações cujo pagamento independe de autorização orçamentária, distinguindo-se assim do passivo financeiro, que exige autorização legislativa para sua amortização ou resgate.

129. No Balanço Orçamentário do Município Audazes dos Pampas, o "Saldo da Dotação" na coluna das despesas corresponde à diferença entre a dotação atualizada e as despesas empenhadas, representando o montante da dotação que ainda está disponível para empenho.

130. No Município Audazes dos Pampas, os estoques de materiais de consumo adquiridos por meio de uma transação sem contraprestação, como uma doação, devem ser mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição.

131. As pontes e viadutos, classificados como bens de uso comum do povo e ativos de infraestrutura no Município Audazes dos Pampas, não devem ser objeto de depreciação, uma vez que sua finalidade principal é a prestação de serviços públicos, e não a geração de fluxo de caixa ou de potencial econômico mensurável.

132. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os lançamentos contábeis são estritamente restritos à mesma natureza de informação, o que impede, por exemplo, que uma conta de natureza orçamentária (Classe 5 ou 6) seja creditada tendo como contrapartida um débito em uma conta de natureza patrimonial (Classe 1, 2, 3 ou 4).

133. A reclassificação de um passivo de curto prazo para longo prazo no Município Audazes dos Pampas, resultante de uma renegociação de dívida sem impacto no valor total da obrigação, é considerada uma variação patrimonial qualitativa, pois altera a composição do passivo sem afetar o resultado patrimonial da entidade.

134. Em um contrato de arrendamento mercantil financeiro celebrado pelo Município Audazes dos Pampas, o bem objeto do arrendamento deve ser contabilizado como ativo imobilizado no balanço patrimonial do município, ainda que a propriedade legal não seja transferida de imediato, e o valor a ser registrado no ativo e passivo deve ser o menor entre o valor justo da propriedade arrendada e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

135. As multas recebidas pelo Município Audazes dos Pampas, decorrentes de infrações regulamentares, devem ser reconhecidas como VPA no momento em que a notificação for emitida, visto que são consideradas transferências sem contraprestação que satisfazem a definição de um ativo e seus critérios de reconhecimento.

Considerando as transações do Município Audazes dos Pampas em seu primeiro exercício financeiro já encerrado:

1. A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi aprovada com previsão de Receita de \$500 mil e fixação de despesa de \$500 mil.
2. Foi realizado o lançamento de Imposto sobre Serviços (ISS) no valor de \$300 mil.
3. A arrecadação do ISS ocorreu no valor de \$250 mil.
4. Recebeu-se uma transferência voluntária para investimentos (capital) no valor de \$150 mil.
5. Foi empenhada, liquidada e paga a folha de pessoal no valor de \$120 mil.
6. Foi empenhada e liquidada a aquisição de uma frota de veículos para transporte escolar no valor de \$180 mil. Desse valor, \$100 mil foram pagos à vista e \$80 mil foram inscritos em Restos a Pagar Processados.
7. O Município recebeu, em doação, um terreno para a construção de um parque ecológico, avaliado em \$200 mil.
8. Foi recebida uma caução de \$50 mil de uma empresa que participará de uma licitação, sendo que, até o final do exercício, \$20 mil foram devolvidos por desistência da empresa.

136. Tendo como referência as informações precedentes, o resultado orçamentário do exercício apurado no Balanço Orçamentário do Município Audazes dos Pampas foi superavitário em \$100 mil.

137. Considerando as transações do Município Audazes dos Pampas, o resultado financeiro do exercício apurado no Balanço Financeiro foi superavitário em \$210 mil.

138. No que se refere ao impacto patrimonial das transações do Município Audazes dos Pampas, o resultado patrimonial do exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi superavitário em \$530 mil.

139. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) do Município Audazes dos Pampas, elaborada pelo método direto, apresentaria um fluxo de caixa líquido das atividades operacionais de \$130 mil.

140. Ao final do primeiro exercício, o Ativo Total do Município Audazes dos Pampas, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial, seria de \$590 mil.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Silvio Sande

A respeito das análises verticais e horizontais e dos índices de liquidez, julgue os itens a seguir

141. A análise vertical da Demonstração do Resultado do Exercício permite analisar a evolução do comportamento das despesas de uma empresa ao longo dos anos.

142. Através da Análise Vertical da demonstração dos resultados, é possível identificar as margens de lucratividade.

143. A principal finalidade da análise horizontal é determinar a relação de cada conta com o montante do grupo ao qual pertence.

144. Uma empresa com um índice de liquidez seca maior que um evidencia uma boa saúde financeira e que a empresa não depende da realização dos seus estoques para quitar suas dívidas de curto prazo.

145. A rentabilidade de um investimento é baseada na seguinte relação: Margem Bruta X Giro do Ativo.

Com base nas informações abaixo retiradas da empresa Gama, julgue os itens a seguir,

Patrimônio Líquido	R\$ 600.000,00
Exigibilidades de curto prazo	R\$ 100.000,00
Exigibilidades de longo prazo	R\$ 300.000,00
Disponibilidades	R\$ 40.000,00
Estoques de bens	R\$ 20.000,00
Créditos de curto prazo	R\$ 60.000,00
Créditos de longo prazo	R\$ 280.000,00
Imobilizado	R\$ 300.000,00
Intangível.	R\$ 100.000,00
Investimentos.	R\$ 200.000,00

146. O índice de endividamento da empresa Gama é igual a liquidez imediata.

147. O índice de liquidez corrente da empresa Gama é 1 enquanto o de liquidez seca é 1,2.

148. O índice de liquidez geral da empresa Gama é igual ao índice de Imobilização do patrimônio líquido.

149. A maior parte das dívidas da empresa Gama está concentrada no curto prazo.

150. A empresa Gama tem uma dependência maior do capital de terceiros que do capital próprio.

GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO*Rodrigo Rennó*

151. A transparência pública, além de instrumento de controle e fiscalização, constitui elemento essencial da boa governança, uma vez que amplia a legitimidade das decisões estatais, fortalece o vínculo de confiança entre Estado e sociedade e estimula a corresponsabilidade cidadã na gestão pública.

152. A consolidação da cultura da transparência no setor público depende apenas da implementação de tecnologias de informação e da criação de portais eletrônicos, sendo desnecessárias mudanças organizacionais voltadas à mentalidade dos gestores e servidores públicos.

153. A ausência de mecanismos eficazes de governança tende a comprometer a governabilidade, pois a incapacidade administrativa e técnica do Estado em implementar políticas públicas reduz o desempenho governamental e fragiliza o apoio político e social necessário à continuidade das ações.

154. A accountability societal caracteriza-se pelo controle exercido pela sociedade civil organizada — como ONGs, imprensa e movimentos sociais — sobre a atuação governamental, possuindo, contudo, poder formal de sanção e competência institucional para impor penalidades aos agentes públicos.

155. A governabilidade depende da capacidade do Estado de liderar, mobilizar recursos e construir coalizões políticas para enfrentar problemas críticos, articulando legitimidade democrática e eficiência institucional na execução das políticas públicas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO*Guilherme Sant'Anna*

156. A adoção de programas de compliance na gestão pública visa ao combate à corrupção, não sendo aplicável a outras áreas da administração.

157. A auditoria operacional tem como um de seus objetivos principais avaliar a economicidade, a eficiência e a eficácia da atuação governamental.

158. O planejamento da auditoria governamental deve considerar, entre outros elementos, os riscos envolvidos, a relevância do objeto auditado e a materialidade dos possíveis achados.

159. O risco de auditoria é composto pelos riscos inerente, de controle e de detecção, os quais, combinados, determinam a possibilidade de o auditor emitir uma conclusão inadequada.

160. Os papéis de trabalho não precisam ser elaborados durante a execução da auditoria, sendo suficientes os registros realizados na fase de planejamento.

161. As evidências obtidas por meio da inspeção física e da observação são consideradas evidências de alta confiabilidade, desde que devidamente documentadas.

162. A matriz de planejamento tem por finalidade apresentar os achados da auditoria de forma estruturada, com descrição da condição, critério, causa e efeitos tanto reais quanto potenciais.

163. A supervisão e o controle de qualidade dos trabalhos de auditoria são essenciais para garantir a conformidade com as normas e a confiabilidade dos resultados apresentados.

- 164.** A circularização é uma técnica de auditoria utilizada para obter confirmação externa sobre saldos contábeis ou outras informações relevantes do auditado.
- 165.** A revisão analítica consiste na aplicação de técnicas para realizar testes relacionados aos controles internos da entidade auditada.
- 166.** A amostragem estatística é indicada especialmente em auditorias com grande volume de dados e busca garantir que as conclusões possam ser generalizadas para todo o universo.
- 167.** Os critérios utilizados na caracterização dos achados de auditoria não precisam ser objetivos, desde que reflitam o entendimento técnico da equipe de auditoria.
- 168.** A comunicação dos resultados da auditoria deve prezar pela clareza, concisão e objetividade, buscando informar adequadamente os gestores e a sociedade em geral.
- 169.** Nos termos da ISSAI 3000, que trata especificamente da auditoria operacional no setor público, a suficiência diz respeito à extensão em que a evidência de auditoria é baseada em dados confirmados por diversas fontes.
- 170.** O relatório de auditoria deve conter, sempre que possível, recomendações claras, baseadas em evidências robustas e ligadas aos achados identificados.
- 171.** O risco de detecção está relacionado à possibilidade de o auditor não conseguir identificar uma distorção relevante, mesmo aplicando procedimentos adequados.
- 172.** A observação é uma técnica de auditoria que consiste na análise de documentos físicos, como contratos e notas fiscais.
- 173.** A matriz de responsabilização é utilizada para identificar os responsáveis pelas irregularidades apontadas nos achados de auditoria, em especial os que se constituem em impropriedades.
- 174.** A definição do escopo da auditoria, ou seja, do universo auditável, deve ocorrer após a execução dos testes substantivos.
- 175.** O acompanhamento é um instrumento utilizado para avaliar o cumprimento das recomendações feitas em auditorias anteriores.
- 176.** A governança pública tem entre seus princípios a prestação de contas, a responsabilidade, a transparência e a equidade.
- 177.** A auditoria financeira tem por objetivo principal avaliar a consonância dos atos de gestão com os princípios constitucionais da administração pública e com os normativos legais e regulamentares vigentes.
- 178.** Evidências obtidas a partir de fontes externas independentes da entidade auditada, como confirmações bancárias e declarações de fornecedores, possuem um grau de confiabilidade menor do que evidências produzidas internamente pela administração.
- 179.** Quanto maior o risco de auditoria e o grau de sensibilidade do auditado a determinado tema, maior será a necessidade de evidências mais persuasivas.
- 180.** Os objetos da auditoria operacional não precisam estar limitados a programas específicos, entidades ou fundos, podendo incluir atividades ou situações existentes, como por exemplo causas e consequências.

Discursiva (Conhecimentos Gerais)

Redija um texto dissertativo acerca de gestão pública e governança. Ao elaborar seu texto, aponte:

- a) Pelo menos 3 diferentes abordagens doutrinárias de governança;
- b) A relação entre governança e accountability;

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva (Conhecimentos Específicos)

Durante uma auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município X, foram identificados problemas relacionados à gestão fiscal. Entre as irregularidades estão a concessão de benefícios fiscais sem a devida análise de impacto financeiro, o aumento de despesas de caráter continuado sem a indicação da fonte de custeio e a realização de transferências voluntárias sem o cumprimento das condições previstas na legislação. Diante disso, foi solicitado à equipe de auditores de controle interno a elaboração de um parecer para orientar a administração quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Explique os princípios da LRF e como eles promovem a responsabilidade na gestão fiscal;
2. Analise os requisitos para a renúncia de receitas e o controle sobre despesas de caráter continuado, de acordo com a LRF;
3. Proponha medidas que garantam o cumprimento das normas para transferências voluntárias e transparência fiscal no município.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>